



ACÓRDÃO Nº1309/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11639/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Joao Luiz Almeida da Silva (Ordenador de Despesa), Mario Barros da Silva (Ordenador de Despesa)
- 4- **Advogado:** Gabriela de Brito Coimbra - 8889 e Diego Américo Costa Silva - 5.819
- 5- **Órgão:** Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL
- 6- **Exercício:** 2017
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2391/2019, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL . Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Regularidade. Ciência. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Mario Barros da Silva**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, período de 10/01 à 12/07/17, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Mario Barros da Silva** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), nos termos do art. 53, § único, da Lei n. 2.423/96, em razão das restrições identificadas nos itens I.1 a I.4, transcritos na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1309/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Joao Luiz Almeida da Silva**, Secretário Municipal de Juventude, Esporte e Lazer, período de 13/07 à 31/12/2017, nos termos do art. 22, I, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, I da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Dar ciência** à Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - Semjel acerca das impropriedades constantes destes autos, remetendo-lhe cópia do Parecer Ministerial, do Relatório/Voto e do decisum, determinando o cumprimento das recomendações e determinações listadas nas referidas peças técnicas, sob pena de aplicação de sanções cabíveis;
- 10.5. Determinar** à Secex que inclua no escopo da próxima inspeção, que verifique se foi dada continuidade ao levantamento dos bens e a devida regularização patrimonial da Secretaria.

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, que votou pela irregularidade das Contas, aplicação de multa, consideração em alcance e determinações quanto a análise das Contas e do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que votou pela exclusão da multa.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Dezembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral